

**A RELAÇÃO DE TRABALHO NO ASSENTAMENTO DE REFORMA
AGRÁRIA “CONQUISTA DA LIBERDADE” RS/BRASIL**

Jussara Mantelli¹
Michelle Rodrigues Nóbrega²
Tânia Ferreira da Luz³

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo relatar e informar o desenvolvimento da agricultura familiar realizada no assentamento do MST, Conquista da Liberdade, localizado no município de Piratini, no Rio Grande do Sul, caracterizando a possibilidade de reprodução familiar baseada em uma agricultura agroecológica e a sua sustentabilidade, bem como a organização, estrutura e produção da COOPAVA-Cooperativa Agropecuária Vista Alegre, que nasceu da necessidade de desenvolvimento do assentamento. Além disto, visa mostrar outro enfoque do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST, a sustentabilidade agrícola, ou seja, relatar toda a articulação que o movimento proporciona, para que tal empreendimento alcance seus objetivos, já que na maioria das vezes, o movimento é mostrado pela mídia escrita e falada, apenas no que se refere aos confrontos que ocorrem pela luta e posse da terra a ser conquistada e os problemas da violência.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Desenvolvimento sustentável, Agroecologia, Assentamento.

¹ Graduanda pela Universidade Estadual de Maringá – Brasil. E-mail: julianapaula2@hotmail.com

² Graduado pela Universidade Estadual de Maringá – Brasil. E-mail: di.geografia@yahoo.com.br

³ Graduanda pela Universidade Estadual de Maringá – Brasil. E-mail: donato.lari@hotmail.com

Tema e problematização

Inúmeros teóricos de diversas áreas do conhecimento comungam o consenso que a questão agrária é o principal entrave econômico, político e social no desenvolvimento econômico e no âmbito ético na construção democrática efetiva.(OLIVEIRA,2007; GONÇALVES, 2005)

O trabalho, objeto de estudo da ciência geográfica, é categoria imprescindível para compreendermos a questão agrária, uma vez que as relações de produção agrícola dependem de um contexto macro geopolítico e estão relacionadas em âmbito econômico-político-social ao contexto nacional.

Um dos aspectos indissociáveis de qualquer análise de conjuntura da questão acima referida é o trabalho agrícola, nosso objeto de estudo da presente investigação.

A presente investigação nasce da vivência exploratória no Assentamento Conquista da Liberdade no município de Piratini no estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2008.

A vivência neste assentamento permitiu a construção da proposição que os agricultores, seja na produção familiar, seja na cooperativista buscam nas práticas calcadas na agroecologia a construção da contra-racionalidade da relações de produção e organização do espaço geográfico, caracterizado pela sua resistência à lógica das premissas do sistema de produção dominante societário.

Todavia, aqui se faz necessária a atual proposta de investigação, visto que a vivência anterior exploratória não aprofundou questões pertinentes a sustentabilidade social do assentamento, e sim identificou a coerência do discurso dos assentados com os princípios de uma agricultura alternativa viabilizada pela agroecologia de matriz crítica.

O que significa reinterar que as relações de trabalho agrícola dependem de fatores endógenos e exógenos que envolvem a problemática agrária nacional, fatores estes que devem ser analisados na presente investigação.

Considerando que a sustentabilidade é um conceito e prática advinda de diversas matrizes científicas e para além destes um termo demasiadamente utilizado por todos e todas no debate acadêmico, precisamos nos questionar acerca de que sustentabilidade estamos falando. Nesse sentido navega esta preliminar proposta de pesquisa, objetivando discutir a sustentabilidade para além da questão ecológica, nas múltiplas dimensões que comportam as relações de produção balizada pela indagação: os

agricultores do referido universo de pesquisa, produzem e se reproduzem como categorial social específica?

Também permeia a pesquisa, a investigação e compreensão da sustentabilidade social do Assentamento Conquista da Liberdade/Piratini/RS, indo além da preocupação ecológica através da centralidade da categoria trabalho agrícola e suas diversas relações na produção do espaço geográfico.

Para alcançar os objetivos propostos serão utilizados como meios: registros fotográficos, questionários semi-estruturados, documentos (atas de reuniões, relativos a produção, organização do assentamento), entrevistas com as lideranças, parcerias técnicas e agricultores; dados de cunho econômico sobre a produção agrícola familiar e de modo cooperativado disponibilizados pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da FURG acerca de todos os assentados da referida localidade citada anteriormente.

Recentemente o NUDESE ampliou seus estudos a bacia leiteira do assentamento, lançando a Normativa 51. Esta normativa visa: capacitar os produtores para o desenvolvimento de práticas adequadas à Normativa 51; melhorar a qualidade do leite produzido no assentamento; investigar novos agricultores do assentamento a se organizarem para a produção leiteira (inclusive aqueles que não fazem parte da Cooperativa); potencializar a renda oriunda da produção leiteira e oferecer curso de Associativismo para os agricultores.

A questão agrária e a formação do MST no Rio Grande do Sul

O começo de ocupação do território rio-grandense segundo Ghelen e Mélo (1987) deu-se no final do século XVII pelos bandeirantes e jesuítas advindos da direção litorânea em rumo ao Estado.

De modo sucinto e sistemático, as frentes de ocupação iniciais, podem ser divididas em quatro. A primeira já citada acima e com término datando o início do XVIII. A segunda durante o século XVIII na região da Campanha, cuja frente era constituída por tropeiros e escravos, trabalhadores dedicados à subsistência objetivando a consolidação das fronteiras. A terceira frente de ocupação data entre 1748 e 1772 no litoral e parte de Porto Alegre e refere-se a migrantes vindos de Portugal visando implementar um modelo de agricultura familiar. O quarto fluxo migratório ocorreu

entre 1830 e 1890 através da migração de trabalhadores da agricultura familiar expulsos pelo processo de industrialização da Europa. Representando mais uma tentativa de implementação de um modelo de economia de características familiar e comercial fosse complementar ao modelo de sesmarias. Mais uma vez, buscava-se implementar no Brasil uma economia (rural, industrial e comercial) de tipo familiar que contrabalançasse e complementasse o modelo tradicional baseado nas sesmarias.

Ao longo do século passado, nos anos 50 já desponta no pensamento do governo brasileiro a preocupação com a modernização da agricultura. E este passa então a disponibilizar recursos e estímulos para a modernização das propriedades de grandes módulos.

No período governamental Vargas, acirram-se os conflitos sociais desencadeando as lutas pela terra no campo. Considerando que a agricultura camponesa sempre teve um lugar secundário na economia brasileira, como vimos na elucidação da ocupação e prática agrícola no território riograndense, sendo que os camponeses somente foram estimulados e contemplados pela política agrícola enquanto forças para desempenhar atos de desbravar e liberar terras novas, ou como agentes de produção agrícola complementares, restando a estes setores, organizarem-se e lutarem por um espaço próprio na sociedade em lado oposto ao latifundiário. (GONÇALVES, 2005).

Nasce então o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), segundo GONÇALVES (2005), formalmente criado em janeiro de 1984, participa do novo ciclo de protestos sociais no final dos anos 70, em meio às lutas democráticas contra o regime militar instituído no Brasil de 1964 a 1985. O MST registra uma longa trajetória de lutas no campo brasileiro. As quais, antes de sua criação, relacionavam-se, diretamente, à articulação nacional dos sindicatos de trabalhadores rurais por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura-CONTAG.

Concordando com GONÇALVES (2005, p. 4) acerca da caracterização do MST, este

[...] carrega em seu nome essa história, sua sigla-MST-acentua um fenômeno que se generaliza no Brasil pós-anos 60, isto é, a presença de trabalhadores sem terra que resulta da modernização conservadora e sua revolução verde. Um dos objetivos centrais do MST na luta pela reforma agrária e a luta contra o latifúndio enquanto fonte

que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância pela extrema concentração fundiária. No lugar de visar à tomada do poder, o MST tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações e nos assentamentos por meio de cooperativas e escolas (...).

Um breve histórico da referida terra

A área de 1.232 hectares, onde se encontra hoje o assentamento, era de propriedade da CICA, a qual explorava os trabalhadores na produção-destinada à pecuária de corte e à fruticultura. Após decretar falência, a área ficou improdutiva e o montante de dívidas da empresa com o Banco do Brasil era superior ao valor da terra.

Quase todas as famílias que faziam parte desse acampamento vinham da região norte do Estado – arredores de Santa Maria.

O ingresso destas famílias ao assentamento remonta o acampamento denominado “Pinheirinhos” constituído em 1989 na região de Palmeira das missões, abarcando mais de 1500 famílias de todo Estado, sendo que neste espaço foi vivenciadas diversas experiências a respeito da organização coletiva.

Em fevereiro de 1992, após vários anos de confrontos gerados pela sociedade que legitima a propriedade privada mediante a condição de ocupante regular(legal) e irregular(ilegal) do solo, houve o assentamento das famílias no local hoje chamado de Conquista da Liberdade.

Segundo o módulo técnico, deveriam ser assentadas 35 famílias naquela área. O governo, para acelerar o processo de reforma agrária, queria que 85 famílias ali fossem fixadas. No final, 50 famílias foram assentadas na localidade.

Conforme relatos dos assentados a organização baseava-se no modelo coletivo de produção, que ao longo de tempo foi cedendo espaço com a saída de famílias para a produção individual; a agricultura familiar.

Atualmente residem 48 famílias na área, destas 17 trabalham de forma coletiva, na Cooperativa Agropecuária Vista Alegre-COOPAVA. As outras 31 famílias trabalham de forma individual, sob o modo de produção agrícola de agricultura familiar,

onde boa parte da agricultura familiar que ali é desenvolvida se dá em base agroecológica.

A agricultura familiar no assentamento

As famílias que não fazem parte da cooperativa produzem sob o modo de **agricultura familiar**⁴, abarcando 31 famílias. Elucidaremos as relações de produção presentes neste assentamento, através dos relatos de uma família(casal), os quais faziam parte da COOPAVA, porém, há pouco tempo decidiram trabalhar individualmente.

No lote do casal, há uma grande horta, onde são produzidos diversos legumes e verduras, como abóbora, batata, beterraba, cenoura, alface, milho, milho de pipoca, feijão e outros grãos.

O casal cria galinhas, bovino leiteiro e abelhas, sendo que os dois últimos são os grandes responsáveis pela fonte de renda da família, proveniente do mel, favo de mel, própolis e leite, que além de serem consumidos pelos agricultores, também são comercializados.

A preocupação com o meio ambiente é marcante, uma vez que o esgoto é tratado – de forma artesanal – e serve como adubo para determinadas plantas que filtram a água. Esta, por sua vez, serve para tornar o solo mais úmido e fértil. O processo de tratamento do esgoto foi planejado e executado pelo casal. Eles receberam ajuda de integrantes de algumas entidades para aprender um pouco mais sobre as formas, técnicas e procedimentos para se tratar o esgoto.

Além disso, o casal produz um fertilizante natural e o utilizam na própria plantação, bem como também elaboraram um minhocário, para tornar a terra mais

4 Segundo Oliveira (2007, p. 147): “Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que, vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação. Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses.”. Porém, utilizamos esse termo, uma vez que uma condição se impõem na sua caracterização: “[. . .] a atividade produtiva tomam por base a vinculação dos membros da família. Essa é a condição fundamental de sua distinção frente aos empresários agropecuários, gestores de fatores de produção cuja exploração se assenta no trabalho assalariado” (MOTTA, 2003, p. 24).

fértil, fazendo com que basicamente toda a área no entorno desta família seja considerada auto-sustentável mantendo um equilíbrio com o meio ambiente.

Uma **agricultura sustentável**⁵ é aquela que consegue manter uma menor dependência, usando recursos renováveis do local, acessíveis e que permite manter, em longo prazo, sua produtividade, preservando a diversidade e a cultura que dispõem em seu entorno. Além de produzir para o seu consumo interno, como também para a comercialização. Indissociada da sustentabilidade social.

Concluimos, então, que tanto as relações de produção familiar, quanto a agroindústria e a cooperativa permitem-nos afirmar que a sustentabilidade que vigora é para além da utilização da terra como meio de obter mercadorias e vendê-las e, assim coisificar o trabalho humano. Pelo contrário, a visão de sustentabilidade que o Assentamento Conquista da Liberdade nos ensina, é nas palavras de Altieri (1996, p. 131, adaptação nossa) que:

A verdadeira sustentabilidade será [é] obtida quando os camponeses incrementarem[am] seu acesso a terra, aos recursos e a uma tecnologia apropriada para manejá-los adequadamente e se organizarem[am] para assegurar o controle dos recursos, um justo acesso aos mercados de insumos e produtos e rendimentos dignos derivados de suas colheitas.

Cooperativa agropecuária Vista Alegre – COOPAVA

Relataremos como foi formada esta cooperativa, o que é produzido e como se dá a sua distribuição, bem como as formas de comercialização dos produtos, a exploração da terra e os tipos de culturas que são desenvolvidas neste solo.

A cooperativa só começou a funcionar no ano de 1995, dois anos após a efetivação do assentamento.

Sua criação ocorreu devido às dificuldades encontradas pelos assentados em manterem-se na terra. Lembrando que, como este agricultores em sua maioria eram

5 Utilizamos o termo agricultura sustentável cunhado por (Costa Neto, 1999) devido a amplitude e complexidade que o mesmo reporta, abarcando para além da sustentabilidade ecológica, evidenciando a sustentabilidade social. Nessa ótica, acreditamos que este assentamento incluía-se na perspectiva defendida por Gadotti (2000, p. 35): “A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres do sentido e doadores do sentido de tudo o que nos cerca.”

oriundos da Região Norte do estado, estavam acostumados com um tipo diferente de solo e com culturas como soja, trigo e este tipo de cultura no solo que adquiriram aqui, seria praticamente inviável. Para que este problema fosse contornado, decidiram criar a **COOPAVA**⁶, mediante a união de 17 famílias (dentre o total de 48 famílias).

Estando o município de Piratini situado na Unidade de Relevô Sul-Rio-Grandense (formado por rochas pré-cambrianas), a sua localização geográfica do assentamento é característica de solos pouco férteis e profundos. Devemos levar em consideração que os benefícios encontrados nesta área devido a sua antiga utilização pela CICASUL, ajudou em parte o desenvolvimento destas famílias no local, já que encontraram ali alguns beneficiamentos que a empresa deixou para trás.

Neste **assentamento**⁷ as habitações são constituídas na forma de agrovila, onde cada moradia compreende um terreno de 20x40m².

Juridicamente, há um conselho organizado, desta forma, as decisões a respeito do que deve ser feito e das prioridades de execução são decididas na Assembléia Geral – a qual é a Instância Superior da Organização – por meio de uma votação, com a participação de todos os integrantes da COOPAVA. Assim, como se pode perceber, predomina o uso coletivo da terra, estando a terra ao domínio jurídico da COOPAVA e sendo todas as decisões – as quais envolvem desde o plantio até a comercialização – realizadas através de acordo coletivo.***Importante salientar que mesmo os que não fazem parte da cooperativa (31 famílias), participam também nas votações no que se refere ao coletivo do assentamento.

A cooperativa possui uma administração coletiva, dividida em núcleos, onde dois deles são relativos à discussão de base (política social), externa e internamente, sendo que essa divisão se dá pela proximidade das residências.

A entrada de recursos é única, conforme a participação de trabalho. E todo o trabalho é igual, não há uma distinção entre os tipos de trabalho (trabalho na terra,

6 As cooperativas nasceram no século passado, como um instrumento de defesa dos agricultores contra o comerciante, sendo que este atuava como comprador e usuário, explorando os camponeses, levando-os à proletarianização. Para evitar esta proletarianização, as cooperativas nasceram no campo, operando no setor do crédito e da comercialização. Deste modo, elas tornaram-se um instrumento de defesa tanto para o pequeno, quanto para o grande produtor. (OLIVEIRA, 2007, p. 42) Mas, inscritas no devir histórico, são sempre possibilidades de transformação, “O cooperativismo que nós propomos a construir deve organizar e conscientizar a sua base pra contribuir na transformação da sociedade” (MOVIMENTO..., 1998, p. 11).

7 É preciso lembrar que este assentamento, durante o final da década de 90, foi marcado pelo incentivo da política fundiária vigente na época, durante o governo Olívio Dutra. A qual se deu através do incentivo da aberturas de cooperativas, agroindústrias, oposição ao Banco de Terras, compra de terras para assentamentos, dentre outras características distintas hoje da política fundiária Federal. (DA ROS, 2007)

administrativo, etc.), ou seja, não tem uma hierarquia. Há o sistema de Banco de Horas, que fixa o valor da hora e o salário passa a ser proporcional ao número de horas trabalhadas diariamente.

O planejamento é redefinido anualmente no que tange às produções de leite e de frutas, como também para a subsistência. Porém, as questões estratégicas são verificadas como, por exemplo, a ocorrência da poda de árvores, onde são escolhidos os melhores meses e prioridade por onde começar.

Associações com escolas (ensino e pesquisa), bem como parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e universidades, acarretam melhorias na qualidade de vida dos assentados, além de aprimorar os conhecimentos e técnicas de cultivo e produção³.

Para um dos assentados e integrante da COOPAVA, a cooperativa define-se como “uma grande família, com culturas diferentes, idéias diferentes, mas unidos em um bem maior. A adesão é livre, fica quem quer”.

No que se refere aos tipos de produção desenvolvidos na cooperativa, podemos dizer que na mesma existem dois núcleos: animal, que abrange a criação de abelhas, peixes, aves, suínos, ovinos e bovinos de leite e de corte; e vegetal, na qual são cultivados produtos para alimentação (horta de legumes, verduras e frutas). Tudo é produzido com excedente, para que possa ser comercializado, além de consumido pelos próprios integrantes da cooperativa. Levando em consideração, também, a responsabilidade com o meio ambiente.

Os produtos são comercializados em Piratini, Pelotas, Candiota, Pinheiro Machado, dentre outros. Também há a comercialização em feiras e eventos aos quais o MST frequenta e organiza.

No núcleo animal há o gado leiteiro (das raças Holandesa e Jersey), o qual permitiu a criação de uma agroindústria de leite no assentamento, responsável pelo armazenamento, pasteurização, embalagem e comercialização do leite. Além disso, já há um mercado consumidor deste produto que é diferenciado, por ser um leite ecológico. A demanda do leite industrializado varia de três mil litros de leite a quatro e meio por semana (segundo dados coletados em 2010).****Esta agroindústria pode-se dizer é o grande gerador dos recursos dos assentados e da cooperativa, e esta atualmente

encontra-se em expansão; já que o um dos objetivos da cooperativa é ampliar a produção do leite e seus derivados.

Para controlar as pragas nos rebanhos, são utilizados banhos à base de ervas medicinais (prática aprendida através da mediação com a Embrapa), na qual a cada semana, usa-se um tipo de erva e cada uma delas serve para evitar a propagação de uma praga específica. Esta troca semanal impede que as pragas tornem-se resistentes a um determinado tipo de erva vegetal, é feita com base na agricultura ecológica, ou seja, utilizam técnicas de compostagem, adubos naturais e manejo de coberturas verdes, sem utilizar produtos químicos (pesticidas, agrotóxicos e adubos sintéticos). Materializando a preocupação e a responsabilidade para com o ambiente que os cerca. O tipo de cultivo e a área destinada a ele são definidos em reuniões. Todos os produtos provenientes da COOPAVA recebem a marca “Terra Livre”(selo de qualidade).

Recentemente, aplicamos um questionário para os integrantes da cooperativa abordando vários aspectos que pensamos relevante para o desenvolvimento de um parecer dos objetivos dos assentados que fazem parte da mesma. Abrangendo desde da idade, anos de luta pela terra, o que faziam antes de serem assentados, renda, as parcerias, importância do MST e as dificuldades para um crescimento maior da cooperativa. Dentre várias e diferentes respostas, o que mais se salienta nas respostas da maioria deles, é que as maiores dificuldades encontram-se nas políticas de desenvolvimento do estado, onde os maiores investimentos não são para os camponeses, havendo neste caso, somente algumas políticas de cunho compensatórios. Também, sentem falta por parte do Estado de um projeto que vise o desenvolvimento da agricultura camponesa, dentre eles, um recurso financeiro maior para um desenvolvimento melhor da agroindústria do assentamento. No que se refere as parcerias há por parte deles um consenso da ajuda que estes órgãos oferecem aos assentamentos, juntamente com o repasse de conhecimentos por parte dos mesmos. Mas, clamam por uma continuidade na maioria dos projetos por estes órgãos desenvolvidos no assentamento. Finalmente, o que mais chama a atenção é a importância que tem o Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra (MST) para eles. Deixam bem claro que talvez sem a ajuda do movimento grande parte do que puderam e continuam realizando no assentamento, não teria sido possível de ser planejado e executado, pois foi através da organização do MST que conseguiram conquistar a terra tanto “sonhada”, idealizada por eles, e que o assentamento é parte integrante do movimento.

Justificativa

A presente investigação justifica-se em três premissas. De um lado os estudos antecedentes do tema e a evidência de investigações acerca do universo investigado advogam que foram realizados até o momento estudos no que tange a sustentabilidade em dimensões fragmentadas, ora na perspectiva ambiental, ora na política, ora com ênfase na questão econômica. De outro lado, não foi encontrado nenhum estudo que tenha se preocupado em analisar as múltiplas dimensões da sustentabilidade compondo uma síntese explicativa, que contemple a concretude do fenômeno. E nem tampouco, alguma investigação que vise compreender a sustentabilidade a partir da categoria trabalho agrícola e considerando também a sua faceta econômica, ou seja, a análise da sustentabilidade econômica do assentamento via indicativos econômicos de produção, renda, dentre outras categorias.

A última justificativa reside que as relações de trabalho no assentamento, podem ao longo da investigação confirmar alternativas de construção de uma nova racionalidade no cerne próprio da contradição da sociedade capitalista. E entende-se que a Academia existe como construção de um saber universal, preocupado sobretudo em atender o nacional. E desta forma, esperamos que a investigação contribua para compreensão de velhos problemas sob novas tentativas de se recriar com perspectivas de humanização e sob a ótica de uma nova racionalidade.

Referências Bibliográficas:

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. Una Perspectiva Agroecológica para Orientar los Programas de Educación de Postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. In: ROMANO, Jorge; WESSEL, Eykman (Org.) **La Postgraduación en Economía y Políticas Agrícolas y Desarrollo Rural: curricula y perfil profesional**. Río de Janeiro: REDCAPA: EDUR, 1996.

AUED, Idaletto Malvezzi; MULLER, Miguel Matias Utzig; TAVARES, João Claudino. Os Elementos da Construção do Espaço Transitório na COOPAVA. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 01, p. 72-85, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01/artigo05.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura sustentável, Tecnologias e Sociedade. *In:* COSTA, Luis Flávio Carvalho *et al.* (Org.) **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

DA ROS, César Augusto. A Política Fundiária do Governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul – Brasil (1999-2002): diretrizes, dinâmica política e resultados atingidos. **Mundo Agrário: Revista de Estudios Rurales**, v. 8, n. 15, jun./dez. 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/845/84501501.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GEHLEN, Ivaldo, MÉLO, José Luiz Bica de. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil: realidade e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SAEDE, 1997. Vol 2, : n.11, p.99-108.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST**. *In:* OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas Físicos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/fis_regionais.php>. Acesso em: 10 nov. 2008.

MELLO, Marco. **Pesquisa Participante e Educação Popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Ísis, 2005.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola, São Paulo, n. 5, 1998.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Labor, 2007. Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 10 nov 2008.

<<http://www.nudese.furg.br/>Acesso em 11mar. 2011.